

Covid-19 e o novo anormal: intersecções da pandemia com lgbtfobia

Jaqueline Gomes de Jesus¹

Resumo: A pandemia da COVID-19 tem impactos sanitários, políticos e econômicos que prejudicam a população LGBTI+, devido à discriminação contra a diversidade sexual e de gênero. No presente ensaio utilizamos o conceito de sindemia, oriundo das elaborações teóricas no contexto da epidemia do HIV/AIDS, para refletirmos acerca de intersecções entre LGBTIfobia e silenciamentos quanto aos impactos da COVID-19 e a falta de ações ou mesmo ausência de estratégias no campo das políticas públicas em saúde, que tenham reconhecido as demandas e desafios desse grupo vulnerabilizado em função de estereótipos e preconceitos sobre orientação sexual e identidade de gênero. Consideram-se fatores de risco em saúde aos quais a população LGBTI+, reconhecendo-se particularidades de sua pluralidade étnico-racial e sócio-econômica, esteve submetida ao longo do período de isolamento físico, apontando para a necessidade de maior preocupação dos gestores das políticas públicas para com esse grupo e a urgência de estudos aprofundados que ressignifiquem velhos discursos de normalidade.

Palavras-chave: Covid-19, LGBTI, saúde, política pública, interseccionalidade.

¹ Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), com Pós-Doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, lotada no Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS/ENSP/Fiocruz), Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ProfHistória/UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS). E-mail: jaqueline.jesus@ifrj.edu.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2459-0135>

INTRODUÇÃO

O presente ensaio adota o conceito de “sindemia” para definir o contexto da pandemia da Covid-19 como uma situação em que vários fatores “interagem de tal forma que causam danos maiores do que a [sua] mera soma” (SINGER, 1998), incorrendo em uma rede de determinações sociais com impactos na vida mais complexos do que os restritos ao campo da saúde, e cuja causalidade é de difícil mensuração (KRIEGER, 1994), com dimensões políticas e econômicas.

Acerca do impacto da COVID-19 junto à população LGBTI+, relatório do Especialista Independente das Nações Unidas em proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, dirigido à Assembleia Geral, ressaltou que, as estratégias de isolamento aumentaram o estresse e a convivência, especialmente entre os mais velhos e os jovens, com familiares LGBTfóbicos que os expuseram a situações de violência; e que “mesmo antes da pandemia, jovens estavam sob risco significativo de depressão, ansiedade, abuso de substâncias e suicídio” [tradução minha] (UNITED NATIONS, 2020, p. 4-5), sendo destacadas cinco áreas-chave de preocupação: redução nas interações sociais positivas, aumento das interações sociais negativas, tensões decorrentes de problemas econômicos, preocupação com o desemprego e instabilidade no que tange a moradia.

Reconhecendo-se que o ódio contra a população LGBTI+ se expressa, no enfrentamento ao novo coronavírus, na forma de LGBTIfobia nas políticas públicas e tem potencializado efeitos nocivos do isolamento (OLIVEIRA, CARVALHO & JESUS, 2020), propõe-se aqui uma reflexão acerca do apagamento dessa comunidade nas narrativas acerca da COVID-19, partindo de uma preocupação com a percebida falta de referências sobre a diversidade sexual e de gênero em matérias jornalísticas que focam no referido tema.

Silêncio = Morte

O movimento LGBTI+, frente a epidemia do HIV/AIDS, adotou nos anos 80 do século XX, mais precisamente em 1985, o lema “Silêncio = Morte”, retratado pictoricamente em cartazes com um triângulo rosa sobre um fundo preto, ressignificando o símbolo utilizado pelos nazistas para identificar homens homossexuais e mulheres trans nos campos de concentração ao invertê-lo (Figura 1), a fim de quebrar a naturalização do silenciamento acerca dos corpos LGBTI+ e suas demandas relativas a saúde, o que no referido contexto somente prejudicava a população (BAUMANN, 2013).

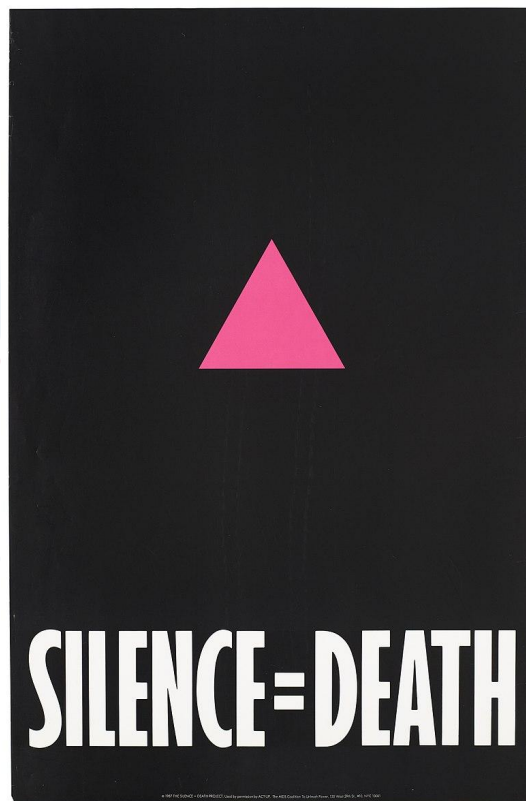


Figura 1: Cartaz Silêncio = Morte (Domínio Público).

Esse ícone político para o Movimento LGBTI+ estava em total consonância com o ensinamento do Feminismo Negro, em particular Audre Lorde, para quem “a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação” (LORDE, 1977, p. 2).

A adequação irrestrita dos sujeitos às exigências dominantes é denominada como “normose”, quando se configura como uma normalidade patogênica introjetada por pessoas e coletivos que se caracteriza por um conjunto de normas, conceitos, valores, estereótipos, hábitos de pensar ou de agir, que são aprovados por consenso ou pela maioria em uma determinada sociedade e que provocam sofrimento, doença e morte. Em outras palavras, é algo patogênico e letal, executado sem que os seus autores e atores tenham consciência de sua natureza patológica (WEIL, LELOUP & CREMA, 2011).

Vale comentar que essa tendência patogênica da normose, compreendida também no campo da “normopatia”, foi identificada por Macdougall (1983, 1992) em uma experiência clínica com indivíduos que apresentavam certas características:

1. Automatização nos procedimentos, com aceitação cega de regras;
2. Submissão a um controle rígido e servidão voluntária (LA BOÉTIE, 1987), com conseqüente perda de criatividade e embotamento afetivo; e,
3. Utilização restritiva da racionalização para lidar com a realidade, definindo a cognição como espaço único de conhecimento e do contato com realidade, negando o afeto para com o do sujeito do afeto.

A partir desse cenário, adentramos, desde já, no campo das identidades políticas, entendidas como construções coletivas que disputam modos de existência na esfera pública, a fim de visibilizar as suas demandas no campo da cidadania, ante a um quadro sócio-cultural de marginalização pautado por relações de subalternização e exclusão (CIAMPA, 2002): o silêncio não protegeu ninguém do HIV/AIDS; o silêncio

também não protegerá da COVID-19, porém a mudança dos comportamentos normóticos ou normopáticos que perpetuam a LGBTIfobia reiteram, falaciosamente, que não é relevante falar sobre isso, no que concerne ao campo das orientações sexuais e identidades de gênero.

Achille Mbembe (2017) destacou, a partir de sua análise sobre a democracia de escravizados dos Estados Unidos da América, que a institucionalidade democrática sempre demonstrou tolerância a um certo tipo de violência política, o que não se afasta da realidade brasileira, no que tange aos seus termos raciais e de gênero, com reproduções do racismo, do machismo, da LGBTIfobia e de outras opressões estruturais amplamente presentes na dinâmica conservadora da sociedade.

Mello, Brito e Maroja (2012) apontam que, nos países onde a tradição democrática é frágil, mas não só nesses países, um dos desafios encontrados é a formulação de políticas públicas capazes de assegurar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social de parcelas marginalizadas da população.

O Parto do Novo Anormal

Ao se realizar uma busca anônima na internet, sem identificação de perfil ou localidade, fora a do Brasil, acerca de imagens da “COVID-19”, proliferam representações do vírus e algumas imagens de pessoas sendo testadas, majoritariamente brancas, conforme se observa pela Figura 2.

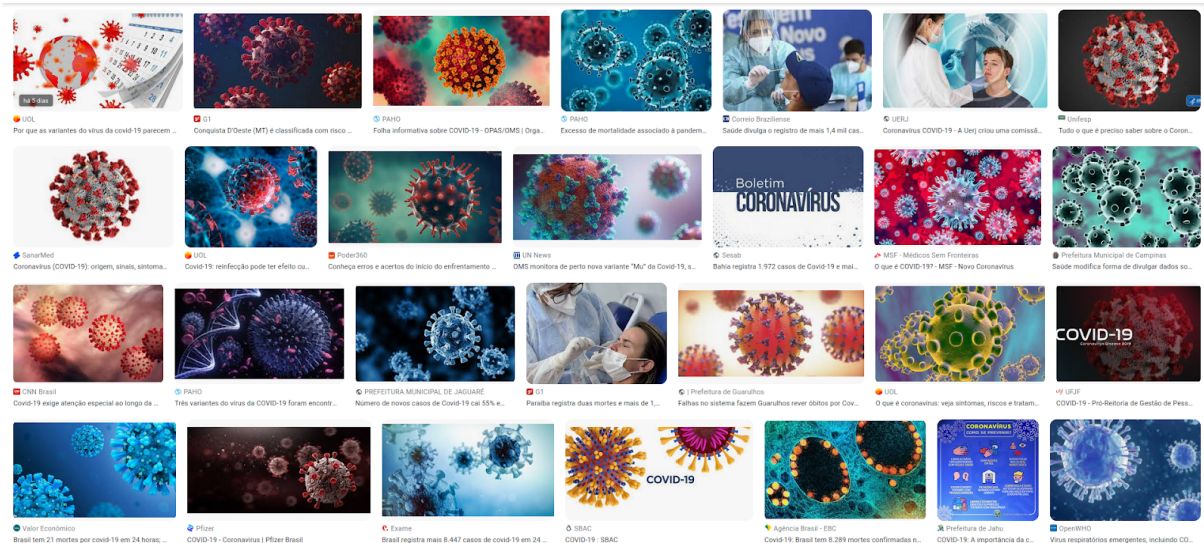


Figura 2: Resultado da busca por imagens (Fonte: Internet).

Igualmente foi disseminada a expectativa do “novo normal”, entendido como uma retomada das atividades cotidianas sob novos formatos, adaptados aos impactos da COVID-19, a saber:

Há fortes indícios que, mesmo após controlarmos a pandemia, a Covid-19 permaneça um longo tempo entre nós e que a vacinação contra este agente passará a integrar o calendário de vacinação dos países, tal qual ocorre com a vacinação contra a Influenza (FERREIRA JUNIOR, 2021, p. 1).

Refletindo-se a partir da perspectiva dos grupos sócio-historicamente discriminados, conscientes dos impactos nefastos do discurso de normalidade sobre os seus corpos, inclusive no campo da saúde, vislumbrar um “novo normal” soa como a reformulação de um pesadelo. Antes deslumbro não um nascimento singelo, mas difícil: um parto do “novo anormal”, no sentido intensamente sensorial das palavras mencionadas.

A busca reiterada por um “novo normal”, ante ao impacto da sindemia da COVID-19 junto às populações historicamente discriminadas, ressoa à normopatía,

quando dever-se-ia buscar formas de transgredir das normas sociais que têm redundado na morte de populações, seja por meio da biopolítica do deixar viver alguns e deixar morrer outros: “o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função dos seus reclames” (FOUCAULT, 2010, p. 148).

Se outrora vigorou o princípio segundo o qual era legítimo provocar a morte ou deixar viver, agora, invertendo-se a esta equação, os mecanismos de poder visam produzir a vida, articulados à possibilidade de se deixar morrer, equivalendo vida e morte na base do biopoder, que emerge nas formas contemporâneas de racismo de Estado, da política de morte, ou necropolítica, explicitada pela política de segurança pública que atende a população negra periférica a partir de dois padrões: controlar a sua movimentação e exterminar, especialmente a juventude negra, matando-se muitos para deixar viver poucos (FOUCAULT, 1999, 2008; MBEMBE, 2018), o que instigou a seguinte questão de Achille Mbembe, que deve ser feita por quem almeja enfrentar a tenebrosa realidade da necropolítica:

Se imaginarmos a política como uma forma, devemos interrogar-nos: qual é o lugar reservado à vida, à morte e ao corpo humano (em particular o corpo ferido ou assassinado)? Que lugar ocupa dentro da ordem do poder? (MBEMBE, 2017, p. 108).

A fim de correlacionar essa questão com as particularidades da população LGBTI+ brasileira (não por acaso contra a qual se registram os maiores índices absolutos de assassinato de cunho LGBTIfóbico no mundo, particularmente quando se segregam os dados das travestis e mulheres trans), penso que as categorias da bio-necropolítica e do necrobiopoder, formuladas respectivamente por Fátima Lima (2018) e Berenice Bento (2018) – em diálogo com Foucault e Mbembe, mas particularmente quanto à última identifiquei uma paralaxe com o pensamento de Ochy Curiel (2013), no que tange à sua ideia de construção heterossexual da nacionalidade –

contribuem significativamente para uma compreensão do quadro atual e nos propõem caminhos. Em suma: apesar da eficácia do biopoder e da política de morte, faz-se mister construir possibilidades de vida a partir das ruínas; ante a um Estado fundado sobre o afeto do medo, que tenta justificar a permanência da servidão voluntária, urge continuarmos fomentando amor – a si e aos outros – em suas formas mais ousadas: avessas ao heterocentrismo e ao ciscentrismo (GASPODINI & JESUS, 2020).

Considerações finais

Este ensaio delinea apenas algumas sinalizações, caminhos ante à encruzilhada que nos é apresentada pela COVID-19, enquanto sindemia, em contraponto a outras pandemias, citando aqui a recente MPOX, e os sistêmicos e inerciais fatores de opressão de classe que permanecem no Brasil, expressos na forma intergrupal e interpessoal das diferentes discriminações contra as diversas identidades sociais.

Enfim, que “novo anormal” seja a meta para possamos demarcar algo significativo para além da binariedade da tese normal e da antítese anormal, produzindo dialeticamente uma síntese, na qual os grupos minorizados (tornados “minorias”) em função do preconceito, apropriando-se de sua identidade coletiva e, participem ativamente do questionamento às precondições de convivência e coexistência com as chamadas maiorias político-econômicas no Estado democrático, a qual não retome extermínios.

Referências

BAUMANN, J. (2013). The Silence=Death Poster. New York: New York Public Library. Disponível em: <https://wayback.archive-it.org/18689/20220313073752/https://www.nypl.org/blog/2013/11/22/silence-equ-als-death-poster>

- BENTO, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. Cadernos Pagu [online], n. 53. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>
- CIAMPA, Antônio da Costa. (2002), “Políticas de identidade e identidades políticas”. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz & PASSOS, Maria Consuelo (orgs.). *Uma psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo, Edicon, pp. 133-144.
- CURIEL, Ochy. (2013). La nación heterosexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Em la frontera.
- FOUCAULT, M. (2008). Nascimento da biopolítica. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2010). História da sexualidade: A vontade de saber (V. 1). São Paulo: Edições Graal.
- FERREIRA JUNIOR, W. C. (2021). Covid-19, suas variantes e o novo normal. Portal FGV [online]. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/covid-19-suas-variantes-e-novo-normal>
- FOUCAULT, M. (1999). Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.
- GASPODINI, I. B. ; JESUS, J. G. . Heterocentrismo e ciscentrismo: Crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. Revista Universo Psi , v. 1, p. 33-51, 2020.
- KRIEGER, N. Epidemiology and the web of causation: has anyone seen the spider?. **Social Science & Medicine**, v.39, p. 887-903, 1994.
- LA BOÉTIE, E. (1987). Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Escuta. Originalmente publicado em 1563.
- LIMA, F. (2018). Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, v. 70, n. spe., pp. 20-33. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70nspe/03.pdf>
- LORDE, A. (1977). A transformação do silêncio em linguagem e ação. Academia [online]. Disponível em: https://www.academia.edu/36358973/LORDE_Audre_A_transformacao_do_silencio_em_linguagem_e_acao_VF_pdf
- MCDOUGALL, J. (1983). Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MCDOUGALL, J. (1992). Teatros do eu. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MBEMBE, A. (2017). Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona.
- MBEMBE, A. (2018). Necropolítica. São Paulo, sp: n-1 edições.
- MELLO, L.; BRITO, W.; MAORJA, D. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. Cadernos Pagu, n. 39, pp. 403-429. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>
- OLIVEIRA, F. A. G., CARVALHO, H. R., JESUS, J. G. (2020). LGBTI+ em tempos de Pandemia da Covid-19. Diversitates, v. 12, n. 1, pp. 60-94. Disponível em: <https://diversitates.uff.br/index.php/1diversitates-uff1/article/view/313/0>
- SINGER, M. (1994). AIDS and the health crisis of the U.S. urban poor; the perspective of critical medical anthropology. **Social Science & Medicine**, v.39, p. 931-948, 1994.
- UNITED NATIONS. (2020). Report of the Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity, Victor Madrigal-Borloz. Violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity during the coronavirus disease (COVID-19) pandemic. General Assembly [online]. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N20/197/62/PDF/N2019762.pdf?OpenElement>
- WEIL, P., LELOUP, J-Y., & CREMA, P. (2011). Normose: a patologia da normalidade. Petrópolis: Vozes.

Abstract: The COVID-19 pandemic brings health, political and economic impacts that harm the LGBTI+ population, due to discrimination against sexual and gender diversity. In the present essay, we use the concept of syndemic, derived from theoretical elaborations in the context of the HIV/AIDS epidemic, to reflect on the intersections between LGBTIphobia and silencing regarding the impacts of COVID-19 and the lack of actions or even the absence of strategies in the field. of public health policies that have recognized the demands and challenges of this vulnerable group due to stereotypes and prejudices about sexual orientation and gender identity. Health risk factors are considered to which the LGBTI+ population, recognizing particularities of its ethnic-racial and socio-economic plurality, was subjected to during the period of physical isolation, pointing to the need for greater concern from policy managers for this group and the urgency of in-depth studies that reframe old discourses of normality.

Keywords: Covid-19. LGBTI+. Health. Public policy. Intersectionality.

Recebido: 01/06/2021

Aceito: 20/12/2021